

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA/PA

Termo de Referência 29/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2026	153063-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA/PA	LAIS PINON DE CARVALHO	17/04/2026 15:22 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23073.076307/ 2025-90

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de MATERIAIS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS para atender prioritariamente às necessidades dos Restaurantes Universitários da Universidade Federal do Pará (RU/UFPA) que fornece em média 6.000 (seis mil) refeições/dia, e está localizado no campus Cidade Universitária Professor José da Silveira Neto na cidade de Belém /PA, nos termos da tabela 1 abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1. Item, especificação, unidade de medida, código CATMAT/PDM, quantitativo anual, valor unitário e total, considerando as necessidades do RU. (Justificativa da inclusão: descrição da tabela que atende às especificidades do objeto).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA*	CÓDIGO CATMAT / PDM	QUANT. ANUAL	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR UNITÁRIO TOTAL (R\$)
1	CABO DE EXTENSÃO PARA ESFREGÃO - Em alumínio, retrátil, com ponta de rosca, para limpa-tudo, com aproximadamente 1,5m.	Unidade	427359	24	R\$ 137,70	R\$ 3.304,80
2	CABO - Cabo em alumínio para rodos e vassouras comprimento 1,5m; diâmetro= 2,7; com rosca e com orifício para pendurar	Unidade	438555	10,0	R\$ 46,28	R\$ 462,80
	CARRO DE LIMPEZA FUNCIONAL					

3	PROFISSIONAL - Balde Espremedor 20 Litros. Comprimento x Largura x Altura 23 cm x 70 cm x 64 cm, com 4 rodas de silicone. Cor: Vermelho.	Unidade	229905	12	R\$ 421,64	R\$ 5.059,68
4	COADOR DE CAFÉ - Tamanho grande, estrutura em arame galvanizado de 3,4 mm com aproximadamente 20cm de diâmetro e alça com revestimento em PVC com no mínimo 20cm de comprimento, com saco em tecido 100% algodão com no mínimo 20cm de altura /profundidade.	Unidade	477460	24	R\$ 15,51	R\$ 372,24
5	COLHER PLÁSTICA DESCARTÁVEL - Em poliestireno (PS), biodegradável, de mesa, cor branco ou transparente. Pacote com 50 unidades com 19 cm	Pacote com 50 unidades	235786	60	R\$ 6,38	R\$ 382,80
6	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL - Capacidade de 180ml, em Polipropileno (PP), biodegradável e descartável, Branco ou Transparente, produzido de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e com SELO do INMETRO. Pacote com 100 unidades.	Pacote com 100 unidades	612245	96	R\$ 5,36	R\$ 514,56
7	COPO PLÁSTICO DESCARTÁVEL - Capacidade de 50ml, em Polipropileno (PP), biodegradável e descartável. Branco ou Transparente. Produzido de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e com SELO do INMETRO. Pacote com 100 unidades.	Pacote com 100 unidades	254007	60	R\$ 2,74	R\$ 164,40
	CORRENTE PLÁSTICA ZEBRADA					

8	DE SINALIZAÇÃO - Elo grande, metro, composição: PEAD (polietileno de alta densidade); resistente às intempéries climáticas e proteção contra raios UV; cor dos elos: preto e amarelo; dimensões elo grande: 60mm x 30mm x 8mm; peso elo grande: 156g /metro; possui elos de abertura e fechamento.	Unidade com 1 metro	463395	200,0	R\$ 6,47	R\$ 1.294,00
9	DISCO TIPO ESCOVA DE NYLON - para uso em enceradeira, 40cm de diâmetro.	Unidade	307418	3	R\$ 142,10	R\$ 426,30
10	ESCOVA DE AÇO - Base e cabo em polipropileno, com cerdas em aço, com 4 fileiras, para limpeza manual de superfícies em geral.	Unidade	284815	60	R\$ 12,55	R\$ 753,00
11	ESCOVA PARA LIMPEZA COM CERDAS DE NYLON E SUORTE - Cabo plástico arredondado. Tamanho aproximado 12cm x 6cm x 4cm.	Unidade	279310	12	R\$ 12,55	R\$ 150,60
12	ESCOVA PARA LIMPEZA GERAL MULTIUSO COM CERDAS DE NYLON - Cabo plástico arredondado. Tamanho aproximado 12cm x 6cm x 4cm.	Unidade	448502	120	R\$ 13,15	R\$ 1.578,00
13	ESCOVÃO DE PIAÇAVA - Com cabo em madeira revestida ou cabo plástico resistente, com 4 fileiras de cerdas cruzadas, espessas e rígidas. Produto indicado para higienização de pisos rústicos. Dimensões da base: 7 a 10cm x 35 a 40cm, cabo com no mínimo 120cm.	Unidade	421697	60	R\$ 20,59	R\$ 1.235,40

14	ESPONJA DUPLA FACE (FIBRA /ESPUMA) - Composta por espuma de poliuretano bactericida, fibra sintética com manta abrasiva. Acondicionada individualmente, medindo 12cm x 8cm cada.	Unidade	481020	5.400	R\$ 0,89	R\$ 4.806,00
15	FIBRA DE LIMPEZA PESADA - Para limpeza de louças e equipamentos.	Unidade	385187	480	R\$ 3,28	R\$ 1.574,40
16	FIBRA DE LIMPEZA PESADA PARA ESFREGÃO - Para limpeza geral, com aproximadamente 30cm x 12cm e abrasividade alta.	Unidade	449810	240	R\$ 3,71	R\$ 890,40
17	FIBRA MACIA PARA ESFREGÃO - Para limpeza geral, com aproximadamente 30cm x 12cm.	Unidade	450423	120	R\$ 5,42	R\$ 650,40
18	FILME PVC - Filme de PVC transparente, bobina com 28cm de largura x 300 metros de comprimento, com 9 micras de espessura, atendendo às normas da Anvisa, para uso na área de alimentos.	Bobina c/ 300 metros	220981	12	R\$ 63,71	R\$ 764,52
19	FITA ADESIVA COLORIDA (AZUL) - Fita adesiva colorida, na cor azul, 45 a 50m x 45mm.	Rolo	435240	12	R\$ 35,24	R\$ 422,88
20	FITA ADESIVA COLORIDA (VERDE) - Fita adesiva colorida, na cor verde, 45 a 50m x 45mm.	Rolo	319903	12	R\$ 33,40	R\$ 400,80
21	FITA ADESIVA COLORIDA (VERMELHA) - Fita adesiva colorida, na cor vermelha, 45 a 50m x 45mm.	Rolo	435242	12	R\$ 38,36	R\$ 460,32
	FITA ADESIVA PARA DEMARCAÇÃO					

22	(AMARELA) - Fita em PVC e adesivo, de forte adesão e alta resistência, com aproximadamente 50mm x 30m, para sinalização do solo, na cor amarela.	Rolo	392495	24	R\$ 25,83	R\$ 619,92
23	FITA ADESIVA PARA DEMARCAÇÃO (VERMELHA) - Fita em PVC e adesivo, de forte adesão e alta resistência, com aproximadamente 50mm x 30m, para sinalização do solo, na cor vermelha.	Rolo	607734	24	R\$ 25,26	R\$ 606,24
24	FITA ADESIVA PARA DEMARCAÇÃO (ZEBRADA) - Fita em PVC e adesivo, de forte adesão e alta resistência, com aproximadamente 50mm x 30m, para sinalização do solo, zebra nas cores amarela e preta.	Rolo	372515	24	R\$ 21,95	R\$ 526,80
25	FITA TESTE PARA CONCENTRAÇÃO DE CLORO - Fita para análise de solução de hipoclorito de sódio utilizada na sanitização de hortifrutícolas, em concentrações que variam de 0,001% (10 PPM) a 0,02% (200 PPM). Embalagem com 100 fitas.	Frasco c/ 100 fitas	433263	24	R\$ 86,69	R\$ 2.080,56
26	FLANELA PARA LIMPEZA - Cor laranja, com costuras nas bordas, 100% de algodão e dimensões aproximadas de 40cm x 60cm.	Unidade	300142	360	R\$ 2,00	R\$ 720,00
27	FÓSFORO - Pacote com 10 caixas de 40 palitos cada.	Pacote	279329	12	R\$ 3,90	R\$ 46,80
28	GARFO PLÁSTICO DESCARTÁVEL - Em poliestireno (PS), biodegradável, de mesa, cor branco ou	Pacote	401597	36	R\$ 3,99	R\$ 143,64

	transparente. Pacote com 50 unidades com 19cm.					
29	GUARDANAPO DE PAPEL - Folha dupla, lisa, branca, sem perfume, dimensão aproximada 25cm x 25cm. Pacote com 50 unidades.	Pacote	396052	120	R\$ 5,33	R\$ 639,60
30	HASTE EURO PARA MOP ÚMIDO - Com cabo de alumínio e garra de metal, com dimensões aproximadas de 1,5m x 20cm.	Unidade	443425	24	R\$ 25,70	R\$ 616,80
31	<p>KIT CARRO FUNCIONAL DE LIMPEZA PROFISSIONAL - COMPLETO 1. Carro Funcional (Estrutura): Estrutura injetada em polipropileno de alta resistência, com alças ergonômicas, plataforma de apoio para balde espremedor, no mínimo 02 (duas) bandejas /prateleiras organizadoras e base de apoio frontal. Possuir 04 (quatro) rodízios giratórios, preferencialmente emborrachados, que não risquem ou manchem o piso. Capacidade de carga mínima: 50 kg.</p> <p>2. Saco para Coleta (Bolsa de Lixo): Em lona vinílica ou material impermeável e lavável, com capacidade mínima de 80 litros, fixado de forma segura à estrutura do carro e possuindo zíper para fácil remoção e esvaziamento.</p> <p>3. Balde Espremedor (Doblô/2 Águas): Conjunto Balde/Cesto com divisória para 02 (duas) águas (limpa e suja) ou dois baldes independentes, capacidade total mínima de 25 litros, acompanhado de espremedor de mop de</p>	Unidade	330346	2	R\$ 1.498,46	R\$ 2.996,92

	<p>alta performance e resistência, compatível com o carro funcional.</p> <p>4. Mop Pó (Completo para Varredura a Seco): Cabo em alumínio com comprimento mínimo de 1,40m, armação/suporte com largura mínima de 60 cm, e refil/luva em algodão ou microfibras, lavável.</p> <p>5. Mop Úmido (Completo para Limpeza Úmida): Cabo em alumínio com comprimento mínimo de 1,40m, garra/suporte de fixação e refil de fios (algodão ou sintético) com cinta, gramatura mínima de 320g, compatível com o balde espremedor.</p> <p>6. Pá de Lixo: Modelo profissional de cabo longo (mínimo 70 cm), com borracha na borda para melhor aderência ao piso e tampa ou trava para retenção da sujeira.</p>					
32	<p>LÃ DE AÇO GROSSA - Abrasividade alta, número 2, composição: fios de aço, indicada para limpeza de diversos tipos de superfície, produto registrado no Brasil, pacote com 1 unidade, 25g.</p>	Pacote	481018	120	R\$ 3,77	R\$ 452,40
33	<p>LÃ DE AÇO MÍNIMA - Composto de aço carbono, abrasividade mínima, acondicionado em saco plástico, 100% Ecológico. Pacote com 08 unidades, 60g cada.</p>	Pacote	328396	1.440	R\$ 2,44	R\$ 3.513,60
34	<p>LUVA DE BORRACHA CANO CURTO PARA LIMPEZA GERAL - Composta de borracha de látex natural, com revestimento interno, reforçada, com superfície externa antiderrapante. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade</p>	Par	339191	600	R\$ 6,68	R\$ 4.008,00

	com as normas da ABNT NBR 13.393 e possuir certificado de aprovação.					
35	LUVA DE BORRACHA CANO LONGO RANHURADA - Composta de borracha de látex natural, com acabamento interno liso, reforçada, com superfície externa antiderrapante (palmas e dedos), com proteção para antebraço, punho com virola, com 40cm de comprimento. Tamanho grande. Deverá estar em conformidade com as normas da ABNT NBR 13.393 e possuir certificado de aprovação.	Par	366699	300	R\$ 15,20	R\$ 4.560,00
36	LUVA DE VINIL DESCARTÁVEL - Sem pó bioabsorvível, ambidestra, superfície lisa para manipulação de alimentos, tamanho G, com certificado de aprovação e registro na ANVISA. Caixa com 100 unidades.	Caixa	437575	180	R\$ 26,40	R\$ 4.752,00
37	LUVA PLÁSTICA DESCARTÁVEL - Em polietileno, não estéril, atóxica, inodora, transparente, ambidestra, tamanho único, para manipulação de alimentos. Pacote c/ 100 und.	Pacote	416061	1.440	R\$ 9,58	R\$ 13.795,20
38	MARMITEX COM 3 DIVISÓRIAS - Em alumínio com três divisórias em "Y" produto com tampa de papelão aluminizado, fechamento manual dimensões: comprimento: 25cm; largura: 22cm; altura: 2,5 cm; capacidade 900ML. validade: indeterminada.	Unidade	251386	5.400	R\$ 2,09	R\$ 11.286,00
39	MÁSCARA TRIPLA DESCARTÁVEL - Com clipe nasal e elástico, com registro na ANVISA. Caixa com 50 unidades.	Caixa	307270	1.440	R\$ 15,73	R\$ 22.651,20

40	MOP LIMPA VIDROS - Com cabo extensível, rosqueável, de alumínio, com espuma e rodinho emborrachado, dimensões mínimas: 105cm x 25cm x 5 cm.	Unidade	472872	12	R\$ 73,26	R\$ 879,12
41	PÁ PARA LIXO - Em plástico, dimensões aproximadas de 25cm x 25cm, com cabo em madeira revestida ou plástico com no mínimo 80cm de comprimento.	Unidade	477057	48	R\$ 9,41	R\$ 451,68
42	PANO MULTIUSO - Pano de limpeza multiuso em rolo lavável; com 150 folhas medindo cada folha 30cm x 16cm ; pano de alta absorção e reutilizável para uso em cozinhas industriais. cor branca	Rolo	621187	12	R\$ 68,81	R\$ 825,72
43	PANO DE PRATO EM ALGODÃO - Na cor branca. Com no mínimo 95% algodão, sem estampa, lavável, durável, absorvente e com dimensões aproximadas de 60cm x 40cm.	Unidade	344983	1.080	R\$ 5,34	R\$ 5.767,20
44	PANO EM ALGODÃO PARA LIMPEZA DE CHÃO - Em algodão cru, na cor branca e dimensões aproximadas de 80cm x 60cm.	Unidade	481028	720	R\$ 6,23	R\$ 4.485,60
45	PANO PARA LIMPEZA MULTIUSO - Para limpeza de ambientes domésticos e institucionais, resistentes, delicados, descartáveis, podendo ser reutilizados. Composição de 50% viscose, 50% poliéster. Rolo com 240 metros e 600 panos, medindo aproximadamente 28cm x 240m, com panos picotados a cada 40cm, unidades com dimensões aproximadas de 28 cm x 40 cm e gramatura de 40g /m2	Milheiro	416696	12	R\$ 102,26	R\$ 1.227,12

46	PAPEL ALUMÍNIO - Rolo com 30cm x 7,5m, para uso na área de alimentos.	Rolo	221390	12	R\$ 6,55	R\$ 78,60
47	PAPEL HIGIÊNICO BRANCO - Com duas camadas, branco, picotado, medindo 60m x 10cm, neutro, ultramacio, biodegradável, de boa qualidade, com 100% de fibras celulósicas. Fardo com 12 rolos. Apresentar ficha técnica comprovando a classificação de acordo com a NBR 15464:2010.	Fardo c/ 12 rolos	412112	576	R\$ 24,08	R\$ 13.870,08
48	PAPEL TOALHA BRANCO / NÃO RECICLADO - Papel de alta qualidade e sem odor 100% celulose virgem, com 2 dobras, interfolhado, tamanho 20cm x 20,5cm, gramatura 24g/m² com alta qualidade, branco luxo, macio, absorvente, não reciclado, isento de impurezas, com registro na ANVISA. Dimensões: 20x21 cm. Fardo com 1000 folhas. Apresentar ficha técnica comprovando a classificação de acordo com a NBR 15464:2010.	Fardo c/ 1000 folhas	436328	7.200	R\$ 12,20	R\$ 87.840,00
49	PEDESTAL PLÁSTICO ZEBRADO DE SINALIZAÇÃO COM GANCHOS PARA CORRENTES - Utilizado para isolamento em áreas externas ou internas e outras funcionalidades. Confeccionado em três partes: Base em (Polipropileno), tubo em PVC e tampa injetada em Poliacetal, com dois ganchos opostos do mesmo material na tampa. Altura total do pedestal (base + tubo + tampa): 95 cm. Diâmetro da base: 21,5 cm.	Unidade	463242	30	R\$ 45,11	R\$ 1.353,30

50	PENEIRA PLÁSTICA - Em polipropileno, atóxico, resistente, tamanho grande, tela fina, com dimensões aproximadas de 20cm de diâmetro o Aro e com tamanho total (aro + cabo) de 37 cm.	Unidade	397247	12	R\$ 17,83	R\$ 213,96
51	PLACA DE SINALIZAÇÃO CAVALETE PARA CHÃO - Modelo: Cuidado Piso Molhado. Para atenção dos usuários, com alta visibilidade, portátil e com aviso de ambos os lados do cavalete para serem utilizadas como equipamento de segurança coletiva na prevenção de risco de acidentes. Produzidas em polipropileno injetado de alta resistência, na cor amarela, para que represente ATENÇÃO. Medidas e peso correspondentes ao produto montado: Altura: 57 cm, Largura: 30 cm, Profundidade: 44 cm, Peso: 620g.	Unidade	347968	30	R\$ 44,39	R\$ 1.331,70
52	PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL FUNDO - Em poliestireno ou polipropileno, biodegradável, tamanho 15cm. Pacote com 10 unidades	Pacote c/ 10 und	364463	60	R\$ 2,37	R\$ 142,20
53	PRATO PLÁSTICO DESCARTÁVEL RASO - Em poliestireno ou polipropileno, biodegradável, tamanho 21cm. Pacote com 10 unidades.	Pacote c/ 10 und	372768	60	R\$ 3,51	R\$ 210,60
54	REFIL PARA MOP DE MICROFIBRA - Para limpeza seca, em poliéster, tamanho 40cm.	Unidade	627044	24	R\$ 36,47	R\$ 875,28
	REFIL PARA MOP DE MICROFIBRA - Para					

55	limpeza seca, em poliéster, tamanho 60cm.	Unidade		12	R\$ 63,06	R\$ 756,72
56	REFIL PARA MOP ÚMIDO ALGODÃO - Para uso em limpeza interna, em algodão.	Unidade	449784	60	R\$ 28,78	R\$ 1.726,80
57	RODO DE 45CM ARTICULADO - Com cabo em alumínio retrátil com alcance de até 1,40 m; com lâmina PVC substituível	Unidade	417262	24	R\$ 60,53	R\$ 1.452,72
58	RODO PLÁSTICO - Com cabo de aproximadamente 1,5m e suporte de 55 a 60cm.	Unidade	471301	120	R\$ 14,03	R\$ 1.683,60
59	SACO DE LIXO DE 200 LITROS - Ultrareforçado 0,18 (micra) Plástico, em polietileno de alta densidade, reforçado, com 12 (doze) micras de espessura por parede, na cor preta, medindo 110cm x 90cm, de acordo com NBR 9191/2002. Pacote com 100 unidades.	Pacote c/ 100 und	458145	480	R\$ 70,07	R\$ 33.633,60
60	SACO DE LIXO DE 50 LITROS - Plástico, em resina termoplástica reciclada, com solda contínua, medindo 63cm x 80cm, para acondicionamento de lixo comum, classe I, tipo C, de acordo com NBR 9191 /2002. Pacote com 10 unidades.	Pacote	376222	840	R\$ 3,53	R\$ 2.965,20
	SACO PARA ALIMENTOS - Saco plástico transparente, atóxico, inodoro, próprio para contato com alimentos, confeccionado em polietileno (PEBD), com capacidade aproximada de 60 litros, dimensões mínimas de 70 cm x 50 cm, 60 micras, resistente a rasgos e perfurações, com solda reforçada. Unidade de fornecimento: Pacote com 100 unidades.					

61	Requisito: o produto deve estar em conformidade com a legislação sanitária vigente da ANVISA aplicável a materiais em contato com alimentos, incluindo a RDC nº 56 /2012, RDC nº 589/2021 e RDC nº326/2019, ou outras que venham a substituí-las e regulamentos do MERCOSUL, sendo vedado o fornecimento de sacos produzidos com material reciclado não autorizado ou destinados ao acondicionamento de resíduos sólidos (sacos de lixo), os quais possuem requisitos técnicos distintos e não atendem às exigências da segurança alimentar.	Pacote c/ 100 und	460148	360	R\$ 36,44	R\$ 13.118,40
62	SACO PARA FAROFA - Em plástico transparente, capacidade de aproximadamente 250g. Pacote com 1000 unidades.	Pacote c/ 1000 und	395470	6	R\$ 21,59	R\$ 129,54
63	SACO PARA LANCHE - Em plástico branco, dimensões aproximadas de 22cm x 17cm. Pacote com 1000 unidades de polietileno (comprimento 22cm; largura 17 cm; espessura= 0,16mm)	Pacote c/ 1000 und	375247	3	R\$ 52,78	R\$ 158,34
64	SACO PLÁSTICO COM ZÍPER PARA COLETA DE AMOSTRAS - Saco plástico com fecho hermético, tipo zip, para armazenamento de alimentos, contendo espaço próprio para identificação, com dimensões aproximadas de =25cm x 17cm. Embalagem com 15 unidades.	Caixa c/ 15 und	455082	480	R\$ 15,37	R\$ 7.377,60
65	SACOLA BRANCA P/ MARMITEX - Em plástico, capacidade de aproximadamente 5kg e dimensões aproximadas de 30cm x 45cm, de acordo com a NBR 14937	Pacote c/ 100 und	302504	12	R\$ 30,18	R\$ 362,16

	/2023. Pacote com 100 unidades.					
66	SUPORE LIMPA - TUDO PARA FIBRAS PARA ESFREGÃO - Base com dimensões aproximadas de 23cm x 14cm, com rosca.	Unidade	254388	36	R\$ 25,40	R\$ 914,40
67	TOUCA DESCARTÁVEL - De uso único, descartável, não estéril. fabricada em polipropileno não tecido, cor branca, tamanho único, com elástico, com prazo de validade e registro na ANVISA. Pacote com 100 unidades.	Pacote c/ 100 und	369561	480	R\$ 16,48	R\$ 7.910,40
68	VASSOURA DE PÊLO - Com cabo rosqueado, em plástico resistente ou madeira revestida, com cerdas macias, 3 fileiras, base de 20 a 22 cm x 4 a 5 cm e cabo com 120 a 140cm.	Unidade	438597	12	R\$ 17,95	R\$ 215,40
69	VASSOURA LIMPA TETO / ESPANADOR - Com cabo rosqueado, em madeira revestida ou cabo plástico resistente, com comprimento mínimo de 2,5m.	Unidade	254833	60	R\$ 18,17	R\$ 1.090,20
70	VASSOURA PARA LIMPEZA EM PIAÇA VA - Com cabo rosqueado, em madeira revestida ou cabo plástico resistente, com 3 fileiras de cerdas cruzadas, espessas e rígidas. Produto indicado para pisos rústicos. Dimensões da base: 3 a 4cm x 20 a 25cm, cabo com 120 a 140cm.	Unidade	295591	120	R\$ 17,68	R\$ 2.121,60
71	VASSOURÃO TIPO GARI, DE PIAÇA VA, EM MADEIRA - Com cabo rosqueado, em plástico resistente ou madeira revestida, de aproximadamente 120cm, e base de	Unidade	318938	24	R\$ 27,35	R\$ 656,40

	aproximadamente 18 cm x 8 cm x 10 cm.					
72	VASSOURINHA PARA LIMPEZA - Confeccionada em plástico resistente, com cerdas em nylon, rígida, cabo em polietileno de aproximadamente 15cm.	Unidade	283569	720	R\$ 16,94	R\$ 12.196,80

PRODUTOS QUÍMICOS

73	ÁGUA SANITÁRIA - 2 a 2,5% de cloro ativo, contendo alcalinizantes à base de carbonato de sódio, estabilizado à base de ortho-silicato de sódio de alta pureza, alcalinizantes e veículo aquoso deionizado. Recipiente com 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	226699	960	R\$ 16,81	R\$ 16.137,60
74	ÁLCOOL EM GEL 70° INPM - Límpido, desodorizado baixíssimo odor alcoólico e neutralizado com redução de acidez para a proteção da pele. Sanitizante p/ lavagem de mãos e superfícies diversas contendo glicerina, neutralizante e antioxidante (BHT). Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	269943	216	R\$ 49,89	R\$ 10.776,24
75	ÁLCOOL LÍQUIDO À 70° INPM - Límpido, desodorizado e neutralizado com redução de acidez para proteção da pele, baixíssimo odor alcoólico, isento de partículas em suspensão. Recipiente com 1 litro. Registro no órgão competente. Para uso	Litro	269941	1.080	R\$ 10,62	R\$ 11.469,60

	industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.					
76	ÁLCOOL LÍQUIDO À 92,8 INPM - Límpido, isento de partículas em suspensão. Recipiente com 1 litro. Registro no órgão competente. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Litro	390766	192	R\$ 8,40	R\$ 1.612,80
77	DESINCRUSTANTE ORTOFOSFÓRICO - Utilizado para remoção de incrustações ferruginosas, silicosas e calcárias em equipamentos como máquina de lavar utensílios. Matéria ativa maior que 25% PP, pH ácido, densidade de 1,2 a 1,3 g/L. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	463127	12	R\$ 138,27	R\$ 1.659,24
78	DESINCRUSTANTE, DESENGRAXANTE E DESENGORDURANTE PARA FORNOS, CHAPAS E FOGÕES - Composto de tensoativos e hidróxidos de metais alcalino-terrosos (sódio e potássio), pH alcalino e densidade 1,2 g/ml. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	301134	72	R\$ 52,87	R\$ 3.806,64
79	DESINFETANTE ANTI-SEPTICO - Recipiente com 5 litros, com fragrância, preferencialmente lavanda. Registro em órgão competente. Obrigatório envio de	Bombona c/ 5 L	420084	420	R\$ 28,00	R\$ 11.760,00

	Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.					
80	DESINFETANTE GERMICIDA, ANTI-SÉPTICO E BIOCIDA À BASE DE QUARTENÁRIO DE AMÔNIO - Indicado para uso em câmaras de refrigeração e congelamento como antisséptico e desinfetante, isento de fragrância. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	436073	60	R\$ 64,07	R\$ 3.844,20
81	DETERGENTE À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO - Para limpeza de superfícies de contato (piso, paredes, equipamentos, entre outros), contendo no mínimo 2% de cloro ativo, surfactantes compatíveis com cloro alcalino, com alto poder de penetração, limpeza e degermação pelo cloro. Agentes tamponantes com pH alcalino, estabilizantes e anticorrosivos. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	345423	300	R\$ 64,20	R\$ 19.260,00
82	DETERGENTE EM PÓ - Para limpezas diversas. Composição mínima: tensoativo, perfume, tamponantes, coadjuvantes, sinergista, branqueador ótico e corante, biodegradável, aromatizado, na cor de coloração azulada. Acondicionado em embalagem plástica contendo 500g, com	Pacote c/ 500 g	300115	480	R\$ 6,80	R\$ 3.264,00

	rótulo, fabricante e responsável técnico. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.					
83	DETERGENTE LÍQUIDO BIODEGRADÁVEL NEUTRO - Contendo linear alquil sulfanatos de alcanolaminas, dietanolamida de ácido graxo de óleo de coco natural, sequestrantes à base de fosfanatos e emulsionantes. Matéria ativa= 10 a 12 %, pH neutro. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	372748	1.560	R\$ 29,06	R\$ 45.333,60
84	LIMPA ALUMÍNIO - Detergente líquido de alta alcalinidade, inodor, de caráter ácido tamponado para alumínio contendo tensoativos catiônicos fluorados, ácido orthofosfórico e inibidores de corrosão, isento de ácido muriático ou clorídrico. Recipiente contendo 1 litro. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Litro	251594	840	R\$ 11,13	R\$ 9.349,20
85	LIMPA INOX - Com média acidez e alcalinidade, inodoro, à base de ácidos pirofosfórico, cítrico e bórico, tensoativos etoxilados, glicóis e inibidores de corrosão. Matéria ativa com no mínimo 17%. Recipientes contendo 1 litro. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de	Litro	405909	960	R\$ 38,09	R\$ 36.566,40

	Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.					
86	LIMPADOR MULTIUSO INSTANTÂNEO - Para remoção de gordura, fuligem, poeira, marcas de dedos e saltos, riscos de lápis, entre outros. Composição mínima: tensoativo não aniônico, coadjuvantes, solubilizante, veículo, perfume, ph: 7,0 (+/- 0,5), teor de sólidos de 15 a 16%, volume mínimo 99% do declarado na embalagem do rótulo. Recipiente de 500ml. Registro no órgão competente. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Frasco c/ 500 mL	296447	240	R\$ 4,67	R\$ 1.120,80
87	LIMPADOR PARA PISOS - À base de ácido pirofosfórico, cítrico e bórico, além dos aditivos glicóis penetrantes e agentes tamponantes à base boratos para reduzir agressões químicas, inibidores de corrosão para a proteção metálica, estabilizantes para prolongar a vida útil, tensoativos etoxilados biodegradáveis para desengraxar. Matéria ativa = 40% em média, com média acidez. Inodoro, pouco agressivo, isento de ácido clorídrico ou muriático, densidade 1,10 a 1,16g/mL. Recipiente contendo 5L. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	368775	240	R\$ 155,16	R\$ 37.238,40
	LUSTRA MÓVEIS - Emulsão aquosa cremosa, perfumado, para superfícies em geral, exceto piso, composto por cera, silicone, solvente, emulsificante,					

88	conservante, sequestrante, perfume e água. Embalado em frasco plástico de 500ml, fragrância lavanda. Registro no órgão competente. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Frasco 500mL	226950	60	R\$ 9,54	R\$ 572,40
89	MULTI-INSETICIDA TIPO SPRAY - extermina qualquer tipo de inseto, isento de CFC, à base de água, de baixa toxicidade. Recipiente com 300ml, contendo a identificação do produto, marca, fabricante, indicação para uso doméstico, data de fabricação e prazo de validade. O produto deverá ter registro no órgão competente.	Frasco c/ 300 mL	484679	120	R\$ 15,26	R\$ 1.831,20
90	ODORIZANTE DE AMBIENTE SPRAY - Fragrância lavanda, isento de CFC. Recipiente com 360ml. Registro no órgão competente. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Frasco c/ 360 ml	457804	60	R\$ 18,25	R\$ 1.095,00
91	PASTILHA SANITÁRIA - Arredondada, com suporte, consistência sólida, fragrância floral, 25g a unidade. Registro no órgão competente. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Unidade	234737	720	R\$ 1,63	R\$ 1.173,60
92	SABONETE BACTERICIDA PARA ASSEPSIA DAS MÃOS - Contendo triclosan, linear alquil sulfonato de dietanolamina, glicerina alcalonamida de ácido graxo de coco. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados	Bombona c/ 5 L	472873	120	R\$ 32,01	R\$ 3.841,20

	de Segurança (FDS) junto à proposta.						
93	SANITIZANTE PARA VEGETAIS À BASE DE HIPOCLORITO DE SÓDIO À 1% - Estabilizado com fosfatos penetrantes especiais, agentes tamponantes para aumentar a durabilidade do cloro. pH alcalino, 1% de teor de cloro ativo 1%. Recipiente contendo 5 litros. Registro no órgão competente. Para uso industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	437161	300	R\$ 30,56	R\$ 9.168,00	
LOTE 1	94	DETERGENTE CLORADO LÍQUIDO PARA DESINFECÇÃO DE LOUÇAS EM MÁQUINA AUTOMÁTICA C/ DOSADOR (disponibilização de 02 unidades de dosadores em regime de comodato e técnico para acompanhamento semanal do sistema e manutenção, quando houver necessidade) - Contendo cloro ativo livre 1 a 1,5%, hidróxido de sódio e potássio, linear alquil sulfonato de dietanolamina, antioxidante, inibidor corrosivo e veículo aquoso deionizado. Com registro no órgão competente. Produto exclusivo para uso profissional/ industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.	Bombona c/ 5 L	283054	540	R\$ 98,22	R\$ 53.038,80

		PRODUTO PARA SECAGEM DE LOUÇAS EM MÁQUINA AUTOMÁTICA - (disponibilização de 02 unidades de dosadores em regime de comodato e técnico para acompanhamento semanal do sistema e manutenção, quando houver necessidade) - Contendo agentes tensoativos etoxilados e propoxidados, incolor, isopropanol, baixíssimo teor de espumação, agente anti-irritante e abrillantador. Embalagem c/5L. C/ registro no órgão competente. Para uso exclusivamente profissional ou industrial. Obrigatório envio de Ficha de Dados de Segurança (FDS) junto à proposta.					
	95		Bombona c/ 5 L	282917	420	R\$ 118,68	R\$ 49.845,60
VALOR TOTAL ANUAL							R\$ 641.470,54

* Unidades de referência para o planejamento, licitação, fornecimento e pagamento dos itens.

1.2. Foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, acessado pelo portal Compras.gov.br, para a descrição e padronização dos itens a serem contratados, em atendimento à Portaria SEGES/ME nº 938, de 2022. Entretanto, para alguns produtos que não foram encontrados nenhum item existente com as características escolhidas, foram utilizados códigos CATMAT semelhantes e inserida a descrição desejada para evitar licitar produtos divergentes e que não atenderão às necessidades do serviço. Além disso, para atender às especificidades do objeto, a equipe técnica de planejamento realizou a inclusão de informações complementares às descrições dos itens, como características da embalagem, rotulagem e prazo de validade e dimensões aproximadas, considerando as limitações verificadas em contratações anteriores e também o risco de aquisição de produto divergente que não atenderá à necessidade do serviço. (Justificativa da inclusão: informar que foi utilizado o catálogo de padronização e que foram necessárias adequações, em alguns casos, para atender à especificidade do objeto).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A1] [A2]

1						
---	--	--	--	--	--	--

~~1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s). (Justificativa da exclusão: considerando o planejamento disposto no Estudo Técnico Preliminar e a discricionariedade do § 2º do art. 9 do Decreto 11.462/2023, sugere-se a dispensa da Intenção de Registro de Preços (IRP) para a presente contratação, pois em situações concretas podem tornar inadequado ou inconveniente este procedimento, ficando facultado aos órgãos aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes).~~

Órgão Gerenciador:					
item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1					

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1					

Órgão Participante:					
Item	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO Máxima	Quantidade total
1					

1.3. O bem objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

OU

~~1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **especiais**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.~~

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação **Ata de Registro de Preço** é de **1 (um) ano** contado do(a) **primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

OU

~~1.6. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo, limitado a 5 anos]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. **[A5]**~~

~~1.7. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que [...], sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando [...] **OU** [o Estudo Técnico Preliminar] **OU** [os termos da Nota Técnica .../...];~~

OU

~~1.8. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo, limitado a um ano da ocorrência da emergência ou calamidade]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, improrrogável, na forma do art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.~~

1.6. A ATA de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço, conforme o artigo 22 do Decreto no 11.462, de 2023. (Justificativa da inclusão: informar a possibilidade de prorrogação da ATA, bem como o seu período).

1.7. Haverá também a possibilidade da renovação do quantitativo originalmente registrado, em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, desde que seja comprovada a manutenção do preço vantajoso, haja previsão expressa no ato convocatório e na Ata de Registro de Preços, o tema tenha sido tratado na fase do planejamento da contratação e a prorrogação da Ata de Registro de Preços seja celebrada por termo aditivo dentro do prazo de sua vigência, de acordo com os pareceres nº 00015/2024/CPLC/SUBCONSU/PGF/AGU e 00075/2024 /DECOR/CGU/AGU, bem como NUP 71000.062490/2024-61, seq. 58 e 61. (Justificativa da inclusão: informar a possibilidade de renovação dos quantitativos registrados na Ata).

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

2.2. Justificativa da necessidade da contratação

A aquisição de materiais de limpeza e descartáveis é necessária à higienização de utensílios, equipamentos e instalações do RU sendo essenciais ao apoio à produção de aproximadamente 6.000 refeições/dia no RU/UFGA. Assim, o desabastecimento destes itens poderá comprometer a execução das atividades de limpeza das unidades e comprometer execução dos produção cardápios planejados e o fornecimento de refeições à Comunidade Universitária da UFGA.

Pretende-se com esta aquisição, garantir o pleno funcionamento dos RU/UFGA e assegurar aos estudantes o direito humano à alimentação adequada em um ambiente higiênico-sanitário adequado, principalmente aos discentes em

vulnerabilidade socioeconômica, por meio da disponibilização do Serviço de Alimentação e Nutrição, cujo objetivo é contribuir para o enfrentamento das desigualdades sociais e viabilizar a permanência/conclusão do ensino superior, visando cumprir as diretrizes previstas na Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) (Lei nº 14.914/2024), bem como na Política Institucional de Assistência e Acessibilidade Estudantil da UFPA (Resolução nº 828/2021). Visa também contribuir para atender às diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), alinhada à estratégia da UFPA, no que se refere ao provimento de infraestrutura adequada às necessidades acadêmicas e administrativas, ao apoio à formação de profissionais aptos para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania, além de elevar a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação. (Justificativa da inclusão: descrição da necessidade da contratação).

~~2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [ANO], conforme detalhamento a seguir:~~

~~I) ID PCA no PNCP: [...];~~

~~II) Data de publicação no PNCP: [...];~~

~~III) Id do item no PCA: [...];~~

~~IV) Classe/Grupo: [...];~~

~~V) Identificador da Futura Contratação: [...];~~

OU

2.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme consta nas informações básicas desse Termo de Referência, **além do Estudo Técnico Preliminar e do Documento de Formalização da Demanda (DFD) no 82/2025 - ID PCA no PNCP: 34621748000123-0-000001/2026 - Data de publicação no PNCP: 06 /04/2025, nº da contratação: 153063/000110/2026. Informa-se que este DFD é global para atender à PROAES e, conseqüentemente, à DIAE.**

2.4. O ato de autorização de celebração desta contratação seguirá o previsto no inciso III do parágrafo 1º do art. 3º do Decreto no 10.193, de 2019, para o momento oportuno, que será após vigência da ata de registro de preços. (Justificativa da inclusão: informar sobre a autorização para a celebração contratual).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3.2. A aquisição de materiais de limpeza e descartáveis é necessária à produção de aproximadamente 6.000 refeições /dia no RU/UFPA. A opção por adotar a aquisição por Sistema de Registro de Preços (SRP) deve-se ao fato de este sistema ser um forte aliado aos princípios da eficiência e da economicidade, por ser um procedimento que resulta em vantagens à Administração, uma vez que reduz a quantidade de licitações, por registrar preços e disponibilizá-los em ATA para, quando surgir a necessidade, executar o objeto registrado, sem entraves burocráticos. Ademais, esta aquisição se enquadra ao Decreto nº 11.462/2023, uma vez que há necessidade de contratações permanentes e frequentes devido às características do objeto, visto que sem estes itens há descontinuidade do serviço de produção de refeições, considerado essencial para a Instituição. Adicionalmente, há previsão de entregas parceladas para os materiais de limpeza e descartáveis. (Justificativa da inclusão: justificar a opção por adotar o SRP).

3.3. A entrega parcelada de materiais de limpeza e descartáveis deverá ocorrer atendendo aos cronogramas de pedidos ordinários que serão enviados com antecedência. Justifica-se este parcelamento em virtude do grande volume de insumos licitados e da limitada capacidade de armazenamento da unidade. (Justificativa da inclusão: justificar a necessidade de realizar a entrega parcelada dos insumos).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. Fornecer o objeto deste certame no prazo fixado neste Termo de Referência, após aprovação pela Administração da Contratante, que a si reserva o direito de rejeitá-lo, caso não satisfaça aos padrões especificados no Tabela 1.
- 4.2. Realizar o fornecimento dos bens de acordo com as especificações descritas neste TR, no RU/UFGA, conforme informações contidas na Tabela 2.
- 4.3. O fornecimento dos materiais de limpeza e descartáveis, após a assinatura da ATA, deverá obedecer ao cronograma de entrega, de acordo com as necessidades do RU/UFGA, cuja solicitação será enviada via e-mail com antecedência de 7 dias.
- 4.4. A Contratada deverá manter, durante o período de fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.
- 4.5. A Contratada deverá indicar um preposto que representará a empresa e realizará a interlocução direta com a Contratante, bem como o número de telefone e e-mail para contato.
- 4.6. A Contratada deverá sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante, prestando todos os esclarecimentos solicitados.
- 4.7. A Contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, Edital, seus anexos e proposta, assumindo exclusivamente seus riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto contratual.
- 4.8. A obtenção do objeto deste Termo de Referência, adequa-se melhor à modalidade de aquisição via Pregão Eletrônico (PE) por SRP, objetivando a redução de custos bem como o melhor controle dos produtos. (Justificativa da inclusão dos itens 4.1 a 4.8: esclarecer ao fornecedor os requisitos básicos da contratação referentes às características específicas do objeto).

Sustentabilidade

4.9. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- 4.9.1. A presente contratação é necessária e o dimensionamento do item foi realizado a partir de estudo da demanda de período de pleno funcionamento do RU/UFGA;
- 4.9.2. Em relação ao método de contratação, a seleção da contratada será feita mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes;
- 4.9.3. Em relação ao material da aquisição não há possibilidade de reutilizar ou adquirir por meio proveniente de desfazimento;
- 4.9.4. O produto a ser adquirido na presente contratação não deve envolver trabalho escravo ou infantil;
- 4.9.5. Embora as atividades desenvolvidas no RU não estejam explicitamente contempladas na matriz do plano de logística Sustentável da UFGA, a presente contratação poderá contribuir para a melhoria contínua de vários processos/temas como:
- 1) “Compras e contratações sustentáveis”, por meio da racionalização do quantitativo de material e da qualidade da fiscalização;
- 2) “Coleta Seletiva”, por meio de separação e entrega de resíduos gerados no RU aos responsáveis pela coleta seletiva por empresa terceirizada contratada e treinada para este fim;
- 2) “Capacitação” na medida em que a direção da DIAE promove cursos com o objetivo de melhoria da eficiência organizacional, que permite emprego mais apurado de recursos públicos; e
- 4.9.6. Para alguns itens buscou-se utilizar CATMAT sustentável obtido em materiais específicos da área como o Manual de Sustentabilidade nas Compras e Contratos do Conselho da Justiça Federal (CJF).
- 4.9.6. As embalagens recicláveis dos bens objeto deste processo serão encaminhadas a empresa especializada e contratada para execução do Plano de Logística Sustentável da UFGA.

~~Indicação de marcas ou modelos~~

~~4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares: (...) [A3].~~

~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.3.1. [...]~~

~~4.3.2. [...]~~

Da exigência de amostra

4.10. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, **poderá ser solicitada amostra** ao interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar ~~deverá apresentar amostra~~, **para avaliação de conformidade com o Edital e seus anexos**, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

~~4.5. Poderão ser Serão exigidas amostras dos seguintes itens objeto desta licitação:~~

~~4.5.1. [...];~~

~~4.5.2. [...]; e~~

~~4.5.3. [...].~~

4.11. As amostras poderão ser entregues no endereço **e horários indicados na tabela 2 [indicar o endereço]**, no prazo limite de **05 (cinco) dias úteis [indicar o prazo]**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.12. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.13. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.14. Serão avaliados os ~~seguintes~~ aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade, **baseado no atendimento da conformidade com o termo de referência, Edital e seus anexos.**

~~4.9.1. Itens (...):~~

~~4.9.2. Itens (...):~~

4.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.16. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.17. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados ~~e desmontados~~ pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

~~4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de XX (xxxx) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.[A4]~~

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.[A5]~~

Subcontratação

4.18. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

~~4.17. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de XX% (xxxxx por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:~~

~~4.18. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:~~

~~4.18.1. [...];~~

~~4.18.2. [...]; e~~

~~4.18.3. [...].~~

~~4.19. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:~~

~~4.19.1. [...];~~

~~4.19.2. [...]; e~~

~~4.19.3. [...].~~

~~4.20. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.~~

~~4.21. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.~~

~~4.22. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.~~

~~4.23. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.[A7]~~

Garantia da contratação

4.19. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar e por se tratar de bem de consumo.

OU

~~4.25. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o~~

~~Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a XX% (xxxxx por cento) do valor [total] OU [anual] da contratação[A9] . [A10]~~

~~4.26. Em caso de opção pelo seguro garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.~~

~~4.26.1. A apólice de seguro garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.~~

~~4.26.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.~~

~~4.26.3. A apólice de seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.~~

~~4.26.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.~~

~~4.26.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.~~

~~4.27. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.[A11]~~

~~4.28. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.~~

~~4.29. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.~~

~~4.30. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.~~

~~— 4.30.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).~~

~~4.31. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:~~

~~4.31.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e~~

~~4.31.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.~~

~~4.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.~~

~~4.33. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.~~

~~4.34. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada[A12].~~

~~4.35. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.~~

~~4.35.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~

~~4.35.2. Caso se trate da modalidade seguro garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.~~

~~4.36. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.~~

~~4.36.1. A extinção da garantia na modalidade seguro garantia observará a regulamentação da Susep.~~

~~4.36.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.~~

~~4.37. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.~~

~~4.38. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.~~

~~4.39. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.~~

~~4.40. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.~~

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.20. Na presente licitação, **não** será realizada a reserva de cota ~~de até vinte e cinco por cento do objeto~~ para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte **(ME/EPP). Será adotada a ampla concorrência do objeto, conforme justificado nos subitens 4.21 e 4.22.**

~~4.41.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal[A13].~~

~~4.41.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.~~

~~4.41.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, § 4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.~~

Margem de Preferência:

~~4.42. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência [normal] OU [adicional] de %, prevista no Decreto n.º, conforme disposto na Resolução n.º da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por[A14] se tratar de~~

~~..... [bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].~~

Ampla concorrência do objeto

4.21. Observa-se que a Lei Complementar no 123, de 2006 amplia a participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, mas, não eleva a carência econômica das mesmas acima ao Interesse Público. Dessa forma, é importante seguir os princípios pertinentes ao futuro certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência. Os artigos 47 e 48 da Lei Complementar no 123, de 2006 beneficia um tratamento diferenciado para as ME/EPP nas contratações públicas. É possível verificar que o objetivo dessa concessão possui uma função social, já que busca a promoção do desenvolvimento econômico e social, ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. Contudo, considerando o inciso III do artigo 49 da referida Lei, quando o tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPP não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, além das questões de logísticas, garantia e suporte técnico, inviabilizasse a exclusividade restritiva somente para esse grupo de licitantes e justifica-se a ampliação da competitividade para o objeto em questão. (Justificativa da inclusão: objetivamos trazer mais amplitude econômica para contratação sem prejudicar a preferência das ME/EPP, em especial nesse tipo de objeto em que as empresas menores não conseguem atender ao quantitativo demandado pela UFPA).

4.22. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumi o dever de adquirir o objeto menos oneroso e o particular se obrigar a realizar a melhor e o mais completo fornecimento do objeto. Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para à Administração. (Justificativa da inclusão: trazemos a justificativa para a a ampla concorrência o objeto para a contratação).

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

~~5.1. O prazo de entrega dos bens é de dias, contados do(a), em remessa única.~~

OU

5.1. Entregar o objeto deste certame **parceladamente**, de acordo com as especificações contidas neste TR, no RU /UFPA, conforme informações e condições contidas na Tabela 2. ~~As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições.[A2]~~

Tabela 2. Informações necessárias ao fornecimento dos itens no RU/UFPA. (Justificativa da inclusão: tabela contendo as descrições necessárias ao atendimento das especificidades relativas à entrega do objeto).

LOCAL	FREQUÊNCIA DE ENTREGA	HORÁRIOS DE ENTREGA	QUANTITATIVO	ENDEREÇO DE ENTREGA E TELEFONE
Restaurante Universitário	Semanal	06:30h às 09:00h ou 14:30h às 16:30h	Conforme a necessidade do serviço, a ser especificado via e- mail.	- UFPA, Campus Guamá - Rua Augusto Corrêa, 01. CEP 66075-110: Almoxarifado do RU, Unidade Básico, Rua Igarapé Tucunduba (cidade universitária), próximo à beira do rio. - Contato: (91) 3201-7377.

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega

1ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]
2ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]
3ª	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]
[...]	... unidades do item ..., ... unidades do item dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]

5.2. O fornecimento de materiais de limpeza e descartáveis deverá ser efetuado de acordo com as necessidades dos RU/UFGA, conforme cronograma de pedidos ordinários que serão enviados com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas via e-mail.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas imediatamente, no mesmo dia do recebimento do pedido realizado via e-mail, para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, a fim de não prejudicar o fluxo de produção de refeições.

5.4. Em todos os casos, deverá ser observado o prazo de validade total recomendado pelo fabricante, bem como as especificações de cada item.

5.4.1. Para itens cujo prazo de validade, estabelecido pelo fabricante, seja igual ou inferior a 6 (seis) meses, será admitido prazo de validade remanescente correspondente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do prazo total.

5.5. Deverão ser atendidas as regras de rotulagem de alimentos embalados estabelecidas pela ANVISA, especialmente a RDC nº 259/2002 e a RDC nº 429/2020, bem como a Instrução Normativa nº75/2020, ou outras que venham a substituí-las.

5.6. Deverá atender às normas vigentes da ANVISA relativas ao uso de aditivos alimentares, incluindo as RDCs e Instruções Normativas específicas por categoria de alimento, ou outras que venham a substituí-las.

5.7. Deverá atender às normas vigentes da ANVISA relativas a materiais plásticos e seus aditivos em contato com alimentos, incluindo as resoluções que estabelecem listas positivas de substâncias permitidas, ou outras que venham a substituí-las.

5.8. Deverá atender ao disposto na Lei nº 9.832, de 14 de setembro de 1999, bem como às demais normas vigentes aplicáveis, quanto à proibição do uso de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo para acondicionamento de alimentos.

5.9. Realizar o transporte dos produtos de limpeza e materiais descartáveis em veículo fechado, em condições adequadas de higiene, conservação e segurança, garantindo a integridade dos produtos e evitando contaminação cruzada, danos ou exposição a condições inadequadas, em conformidade com a legislação sanitária e normas técnicas vigentes aplicáveis. (Justificativa da inclusão dos itens 5.2 e 5.4 a 5.9: atender às especificidades do objeto).

~~5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço [...]/[A3]~~

~~5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a (.....) (dias ou meses ou anos), ou a (metade, um terço, dois terços etc.) do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

5.10. O serviço de instalação dos dosadores que serão fornecidos em regime de comodato com os produtos detergente e secante para lavadora de louças (itens 94 e 95) deve ser realizado pela empresa contratada e contemplar a mão de obra e fornecimento de todos os materiais e acessórios referentes à instalação. Todos os materiais e acessórios referentes à instalação devem ser novos, e de primeiro uso.

5.10.1. A instalação deverá ser realizada em até **7 (sete)** dias corridos da primeira entrega dos produtos detergente e secante (itens 94 e 95).

5.10.2. A fornecedora dos itens detergente e secante para máquina de lavar louças (itens 94 e 95) deverá garantir **manutenção preventiva** dos equipamentos **mensalmente** e **manutenção corretiva** sempre que necessário, sem ônus adicionais para a UFPA, com a finalidade de garantir uso racional e eficácia dos produtos.

5.10.3. A empresa fornecedora dos equipamentos será responsável, durante o período de vigência da ata, pela substituição, troca ou reposição dos equipamentos e/ou peças caso apresentem defeitos e avarias.

5.10.4. A assistência técnica, durante o período de vigência da ata, deverá solucionar a ocorrência em até 72h após notificação a ser realizada por e-mail pela UFPA, nos dias úteis de segunda a sexta-feira entre 8h e 17h. Caso não tenha sido solucionado, deverá ser substituído por equipamento idêntico ou superior em até 10 (dez) dias.

(Justificativa da inclusão dos itens 5.10 a 5.10.4: atender às especificidades dos itens 94 e 95 quanto à instalação e assistência técnica).

Garantia, manutenção e assistência técnica[A4]

5.11. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)[A5]

OU

~~5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, ____ (____) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

~~5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. [A6]~~

~~5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.~~

~~5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.~~

~~5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.~~

~~5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.~~

~~5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até ____ (____) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.~~

~~5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.~~

~~5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.~~

~~5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.~~

~~5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.~~

~~5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.[A7]~~

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.[A1]

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.15.1. [...];~~

~~6.15.2. [...]; e~~

~~6.15.3. [...]. [A2]~~

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa: ~~[A1]~~

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **20 (vinte)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia; ~~[A2]~~

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação. ~~[, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.]~~

~~— 7.2.4.7.1. [INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENALIDADE DIVERSA]; [A3] [A4]~~

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

7.15. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, inclusive multa, impedimento de licitar e contratar e demais sanções cabíveis. **(Justificativa da inclusão:** dispor de sanção para recusa em assinar ata de registro de preços).

7.16. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo administrativo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, que avaliará os fatos e as circunstâncias conhecidas e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.17. Caberá recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso, devidamente motivado, à autoridade superior, que deverá proferir decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data do recebimento dos autos **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.18. Caberá pedido de reconsideração contra a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, o qual deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado da data de seu recebimento, nos termos da Lei nº 14.133/2021. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.19. O recurso e o pedido de reconsideração poderão ser recebidos com efeito suspensivo, a critério da autoridade competente, suspendendo os efeitos do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.20. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em qualquer hipótese, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração, sem prejuízo da responsabilização civil e administrativa cabível. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.21. Para garantia do contraditório e da ampla defesa dos licitantes, as notificações serão encaminhadas por meio eletrônico aos endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como àqueles cadastrados pela empresa no SICAF. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.21.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados válidos para fins de comunicação oficial, presumindo-se recebidas as notificações a eles comprovadamente enviadas, não cabendo alegação de desconhecimento. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.22. No âmbito da UFPA, adota-se, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, o escalonamento e a tipificação de eventos sancionáveis em editais de pregão, conforme descrito na Tabela 3, assegurado o direito ao exercício prévio do contraditório e da ampla defesa nos processos de aplicação de

penalidades, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, com os respectivos prazos e enquadramentos. (**Justificativa da inclusão:** apresentar um categorização de ritos e penalidades para a contratação, com base no padrão de resolução da Pró-Reitoria de Administração - PROAD/UFGA).

Tabela 3. Eventos e possíveis sanções aplicáveis.

EVENTOS	SANÇÕES QUE SERÃO APLICADAS
I- Forjar a classificação como microempresa ou empresa de pequeno porte para obtenção de tratamento favorecido em licitações incentivadas ou não.	1. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
II- Descumprir prazos estabelecidos pelo pregoeiro durante a sessão de licitação para qualquer manifestação na sessão pública, gerando tumulto e atrasos no certame.	2. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 4 (quatro) meses.
III- Desistir do lance , sem justificativa, durante a sessão pública ou não manter a proposta na fase de aceitação.	3. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
IV- Não apresentar ou deixar de apresentar documentação solicitada no edital na fase de aceitação da proposta, habilitação ou na contratação.	4. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
V- Apresentar proposta comercial em desacordo com o Edital, ocasionando a frustração do certame em qualquer sentido.	5. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
VI- Apresentar documentação falsa durante a licitação ou contratação.	6. Impedimento de licitar pelo período de no mínimo 5 (cinco) anos. 7. Comunicar ao Ministério Público Federal para apurações de sanções de ordem penal.
VII- Não manter as condições habilitatórias durante a execução do contrato ou da vigência da ata de registro de preços.	8. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses.
VIII- Não retirar a nota de empenho/não assinatura da Ata .	9. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 10. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato /nota de empenho.
IX- Entregar o objeto fora do prazo estabelecido no edital e termo de referência.	11. Advertência; 12. Multa de, no mínimo, 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não fornecido, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
X- Não efetuar a troca do objeto , quando notificado, durante a contratação.	13. Advertência; 14. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano. 15. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato /nota de empenho.
XI- Substituir o objeto fora do prazo estabelecido.	16. Advertência; 17. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do material não substituído, limitada a 20 (vinte) dias. Após o vigésimo dia poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto.
XII- Deixar de realizar ou atrasar a instalação ou montagem do (s) equipamento (s) quando previsto no edital e termo de referência.	18. Advertência; 19. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 6 (seis) meses. 20. Multa de, no mínimo, 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, aplicada sobre o valor do bem.
XIII- Deixar de entregar documentação original exigida neste Edital durante a licitação ou contratação, quando solicitado.	21. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato /nota de empenho/valor total estimado para o item ou lote.

XIV- Comportar-se de modo inidôneo na licitação ou contratação, causando prejuízo a Administração ou demonstrando ofensa ao ordenamento jurídico, ao regramento do edital, aos licitantes, à Administração e à sociedade.	22. Impedimento de licitar pelo período de, no mínimo, 2 (dois) anos. 23. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato /nota de empenho.
XV- Cometer fraude fiscal durante a licitação ou contratação.	24. Impedimento de licitar por 5 (cinco) anos. 25. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor do contrato /nota de empenho. 26. Comunicar ao Ministério Público Federal.
XVI- Não recompor níveis de serviços acordados , quando esgotados os sancionamentos próprios, regulares e inerentes aos monitoramentos técnico- operacional e administrativo do gerenciamento Contratual.	27. Impedimento de licitar com a UFPA pelo período de, no mínimo, 1 (um) ano.
XVII- Deixar de executar qualquer obrigação pactuada ou prevista em lei e no edital da presente licitação, em que não se comine outra penalidade.	28. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XVIII- Não celebrar contrato , em convocação dentro do prazo de validade de proposta.	29. Impedimento de Licitar com a União por, no mínimo, 1 (um) ano.
XIX- Inexecução total, previsto na Lei 14.133/2021.	30. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos. 31. Multa de, no mínimo, 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho ou valor da parcela.
XX- Inexecução parcial do objeto previsto na Lei 14.133 /2021.	32. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 1 (um) ano. 33. Multa de, no mínimo, 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parte não executada.
XXI- Denegrir ou caluniar equipes técnica e de pregoeiro, bem como pessoas que integram os processos da UFPA, em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes ou a apresentação de provas infundadas, em processo administrativo instaurado.	34. Impedimento de licitar com a Administração Pública Federal pelo período de 5 (cinco) anos.
XXII- Descumprimento das especificações técnicas de sustentabilidade aceitas e declaradas.	35. Impedimento de licitar com a UFPA por, no mínimo, 2 (dois) anos.
XXIII- Cometer fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.	36. Declaração de inidoneidade.
XXIV- Demonstrar não possuir idoneidade para contratar com Administração em virtude de atos ilícitos praticados.	37. Declaração de inidoneidade.
XXV- Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.	38. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 39. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVI- Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.	40. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 41. Publicação extraordinária da decisão condenatória
XXVII- Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celerar contrato administrativo.	42. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 43. Publicação extraordinária da decisão condenatória.
XXVIII- Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública.	44. Multa de até 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo. 45. Publicação extraordinária da decisão condenatória.

7.23. Serão considerados injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou apresentados sem a devida fundamentação, cabendo à UFPA avaliar as justificativas apresentadas. Comprovado impedimento ou reconhecida situação de caso fortuito ou força maior, devidamente justificada e aceita pela Administração, a contratada ficará isenta das penalidades previstas. **(Justificativa da inclusão: apresentar o rito de apuração de penalidade).**

7.24. Na hipótese de a multa atingir percentual relevante do valor da contratação, a UFPA poderá avaliar a conveniência de promover a rescisão contratual, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas neste Edital. Nos casos de infrações graves, poderá ser aplicada a sanção de declaração de inidoneidade, nos termos da legislação vigente. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.25. As multas eventualmente aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pela UFPA ou cobradas diretamente da contratada, de forma administrativa ou judicial, podendo ser aplicadas cumulativamente com outras sanções previstas neste Edital. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.26. O licitante ou contratado será notificado da possível aplicação de sanção e terá o direito de apresentar defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da notificação, podendo juntar documentos e requerer a produção de provas, nos termos da legislação aplicável. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.26.1 Decorrido o prazo para apresentação de defesa, com ou sem manifestação, o processo será encaminhado para análise e decisão da autoridade competente quanto à eventual aplicação de sanção. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

7.27. Após a decisão quanto à aplicação de penalidade, o licitante ou contratado será notificado e poderá interpor recurso administrativo no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, o qual será analisado pela autoridade competente, nos termos da legislação vigente. **(Justificativa da inclusão:** apresentar o rito de apuração de penalidade).

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária ~~[A1]~~, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias ~~corridos~~, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 07 (sete) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material ~~em conformidade ao descrito no termo de referência e consequente aceitação mediante termo detalhado.~~ ~~[A2]~~ **(justificativa da exclusão:** utilizaremos a especificação do termo de referência como padrão).

~~8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até XXXXX (XXX) dias úteis.~~ ~~[A3]~~ **(justificativa da exclusão:** o valor ultrapassa)

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.3. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.6. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.7. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.8. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. o prazo de validade;

8.9.2. a data da emissão;

8.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.9.5. o valor a pagar; e

8.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.12.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.12.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [de Preços ao Consumidor Amplo \(IPCA\)](#) de correção monetária.[A4]

Forma de pagamento

8.19. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

~~Antecipação de pagamento~~[A6]

~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante — ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação de pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~8.29.1. R\$. (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~8.29.2. (...)[A7]~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até (....) dias, contados do recebimento do (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado: [A8]~~

~~8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação do valor remanescente; [A9]~~

~~8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%. [A10]~~

~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

Cessão de Crédito [A11]

8.24. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante. [A12]

8.24.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.24.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.24.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.24.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado. [A13]

8.25. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas. [A14]

Reajuste

8.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 17/04/2026 baseado na data de elaboração do Mapa Comparativo de Preços (DD/MM/AAAA [A15]).

8.27. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado [A16], os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade. [A17] Justifica-se a utilização do IPCA pela característica do objeto e por ser o principal indicador da inflação no Brasil, como o índice oficial de preços ao consumidor. (Justificativa da inclusão: justificativa técnica para a escolha do índice).

~~8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste. (Justificativa da exclusão: por ser ATA de Registro de Preços, a renovação poderá ocorrer por apenas um ano).~~

8.28. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.29. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.30. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.31. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.32. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.33. Os contratos regidos pela Lei 14.133/21 poderão ser alterados, com as devidas justificativas e mantidas as condições efetivas da proposta, para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato, de acordo com o disposto no art. 124. (Justificativa da inclusão: ratificar em quais situações há possibilidade de ajuste contratual).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta~~[A1]~~

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade ~~[PREGÃO]~~ ~~OU [CONCORRÊNCIA]~~, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo ~~[MENOR PREÇO]~~-~~OU [MAIOR DESCONTO]~~ ~~OU [TÉCNICA E PREÇO]~~.

9.2. ~~Propostas com valores superiores ao orçamento estimado pela Administração poderão ser desclassificadas, nos termos do Edital e da legislação vigente. (Justificativa da inclusão: orientar ao fornecedor sobre a elaboração das propostas).~~

9.3. Na avaliação das propostas, serão observados os critérios de exequibilidade previstos na legislação vigente, especialmente o disposto na Instrução Normativa nº 73/2022, que considera indício de inexecutabilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do orçamento estimado pela Administração. Nesses casos, poderá ser solicitada a apresentação de documentos e/ou planilhas que comprovem a viabilidade da proposta. (Justificativa da inclusão: orientar ao fornecedor sobre a elaboração das propostas).

9.4. As especificações de embalagem dos itens descritas na Tabela 1 referem-se à forma de apresentação dos produtos a serem entregues no almoxarifado do RU/UFPA, enquanto a unidade de medida padrão (quilograma ou litro) deverá ser utilizada para a elaboração das propostas de preços, por se tratar das unidades adotadas para planejamento, licitação, fornecimento e pagamento. Quando necessário, deverão ser realizadas as devidas conversões. (Justificativa da inclusão: orientar ao fornecedor sobre a elaboração das propostas e a necessidade de realizar as devidas conversões).

OU

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

Forma de fornecimento

9.5. O fornecimento do objeto será [integral/parcelado/continuado]. conforme cronograma de pedidos ordinários enviados com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas via e-mail.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.6. ~~Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será~~[A2]:

9.6.1. Valores unitários: conforme ~~planilha de composição de preços anexa ao edital~~ OU tabela 1 constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação[A3]

9.7. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.8. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;[A4] [A5]

9.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.15. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por (especificar o órgão competente) nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº[A7]~~

9.16. **Comprovação da habilitação jurídica do licitante, nos termos da legislação vigente e conforme sua natureza jurídica. (Justificativa da inclusão:** resumir a exigência habilitação jurídica do licitante, conforme origem jurídica do licitante).

9.17. Caso o objeto social do licitante, conforme verificado no SICAF, não seja compatível com o objeto da licitação, deverá ser apresentada cópia do contrato ou estatuto social consolidado, certidão simplificada ou documento equivalente, devidamente registrado, que comprove a compatibilidade com o objeto do certame, especialmente quando não for possível aferi-la por meio das informações disponíveis no sistema. (Justificativa da inclusão: o item vai para o caso em que a documentação do SICAF não possível averiguar a compatibilidade da licitante com o objeto do certame).

9.18. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.19. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.20. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.21. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.22. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.23. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.24. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;~~[A8]~~

9.25. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.26. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.~~[A9]~~

Qualificação Econômico-Financeira~~[A10]~~

9.27. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.28. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.29. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis
~~[do último exercício social] ou [dos 2 (dois) últimos exercícios sociais]~~, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas~~[A11]~~:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.30. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação ~~[capital mínimo] ou [patrimônio líquido mínimo]~~ de 5% (cinco por cento) [até 10%] do ~~[valor total estimado da contratação] ou [valor total estimado da parcela pertinente].~~ ~~[A12]~~

9.31. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ~~[A13]~~;

9.32. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.33. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.34. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.35. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor. ~~[A14]~~

Qualificação Técnica ~~[A15]~~ ~~[A16]~~

~~9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade. [A17]~~

~~9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

9.36. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.36.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.36.1.1. O Atestado deverá ser fornecido em papel timbrado, devidamente assinado e datado pelo representante da empresa/instituição, contendo o CNPJ da empresa/instituição ~~[...]~~; e

9.36.1.2. O quantitativo do Bem igual ou similar ao objeto a ser demonstrado no atestado pelo licitante deve corresponder em, no mínimo, 10% do quantitativo total do item/lote pretendido, sendo admitido somatórios de atestados ou afins ~~[...]~~.

9.36.2. . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.~~[A18]~~

9.36.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.~~[A19]~~

9.36.4. *Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitida por empresa do mesmo grupo econômico ou societário familiar em favor da licitante participante; (Justificativa da inclusão: orientação ao fornecedor).*

9.36.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

~~9.35. Prova de atendimento aos requisitos, previstos na lei: [A20].~~

Disposições gerais sobre habilitação

9.37. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.38. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.39. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.40. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 641.470,54 (seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na ~~[tabela 1 contida no item 1.1 acima]~~ ~~OU [em anexo]~~. *A metodologia utilizada para a estimativa deste custo encontra-se descrita detalhadamente na Nota Técnica (ANEXO I) e apresentada no Mapa Comparativo de Preços, bem como em seus documentos comprobatórios (Anexo II) anexos do Estudo Técnico Preliminar.*

~~10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.[A3]~~

OU

~~10.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. [A4]~~

~~10.3.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.~~

~~10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato. [A5]~~

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) Gestão/unidade: [...];~~

~~II) Fonte de recursos: [...];~~

~~III) Programa de trabalho: [...];~~

~~IV) Elemento de despesa: [...]; e~~

~~V) Plano interno: [...].~~

~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]~~

OU

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente[A2].

11.2.1. Destaca-se que a futura contratação ocorrerá via SRP, o que remete a exigência de dotação orçamentária somente no momento da contratação, conforme legislação vigente. (Justificativa da inclusão: informar que a exigência de orçamento vai ser apenas para o momento posterior a da contratação).

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas. ~~[exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas].[A1]~~

Belém/PA, 17 de abril de 2026.

Érika Vasconcelos de Oliveira - Coordenação do Almoxarifado RU/UFGA

Laís Pinon de Carvalho - Coordenação de Administração RU/UFGA

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

~~(Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)~~

OU

(Compra com entrega *parcelada* imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de *5 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ~~[Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] OU [constante deste Anexo]~~, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital ~~OU na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica~~, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

OU

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. [A1]~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin [A2]).~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

~~2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].~~

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 15 (quinze) dias ~~XXXXXXXX~~, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. ~~[A4]~~

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 15 (quinze) dias ~~XXXXXX~~.~~[A5]~~

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.~~[A6][A7]~~

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e *da relação da rede de assistência técnica autorizada*~~[A9]~~;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;~~[A10]~~

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

~~4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

4.1.7.1. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.2. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

~~4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, e~~

~~4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;~~

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

~~4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

4.1.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]~~

~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12];~~

~~4.1.23. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

OU

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14].~~

~~5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A1].~~

~~5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.~~

~~5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~5.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]~~

ou

~~5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.~~

~~5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:~~

~~— 5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.~~

~~— 5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto:~~

~~— 5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.~~

~~5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:~~

~~— 5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;~~

~~— 5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;~~

~~— 5.10.3. Indenizações e multas.~~

~~5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.~~

5.4. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

~~7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.~~

~~7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]~~

~~7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal **do Estado do Pará** em, Seção Judiciária de **Belém** para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no ~~Edital~~ **Aviso de Contratação Direta**, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o ~~Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica~~ nº...../20**26**....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20**26**.....

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LAIS PINON DE CARVALHO

Coordenadora de Administração - CAD/DIAE/PROAES/UFPA



Assinou eletronicamente em 17/04/2026 às 15:22:05.

LUIZ WAGNER DE ANDRADE MONTEIRO

Auxiliar Técnico Administrativo - CAD/DIAE/PROAES/UFPA

ERIKA VASCONCELOS DE OLIVEIRA

Coordenadora de Almoxarifado - CAL/DIAE/PROAES/UFPA

THAIS DE OLIVEIRA CARVALHO GRANADO SANTOS

Coordenadora de Produção e Nutrição - CPN/DIAE/PROAES/UFPA

XAENE MARIA FERNANDES DUARTE MENDONCA

Direção de Alimentação Estudantil



TERMO DE REFERÊNCIA Nº 5/2026 - DIAE (11.88.05)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 17:35)

LAIS PINON DE CARVALHO

NUTRICIONISTA-HABILITACAO

PROAES (11.88)

Matrícula: ###908#9

(Assinado digitalmente em 23/04/2026 16:28)

XAENE MARIA FERNANDES DUARTE MENDONCA

DIRETOR EM PRÓ-REITORIA - TITULAR

DIAE (11.88.05)

Matrícula: ###787#8

(Assinado digitalmente em 17/04/2026 16:51)

LUIZ WAGNER DA SILVA MONTEIRO

TERCEIRIZADO

CPF: ###.###.722-##

Visualize o documento original em <https://sipac.ufpa.br/documentos/> informando seu número: **5**, ano: **2026**, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: **17/04/2026** e o código de verificação: **942961e44a**